

# ESTRANGEIRO EM SUA CULTURA: O OLHAR PARA SI MESMO DO SUJEITO-PESQUISADOR EM LINGUAGEM

Linduarte Pereira RODRIGUES<sup>1</sup>

UFPB/PROLING

Descobri com surpresa quanto haviam sido importantes, sem eu saber, livros que eu nunca tinha lido, acontecimentos e pessoas de que ignorava a existência. Se isso é um auto-retrato, então o seu modelo são os quadros de Boccioni, em que o caminho entra na casa, a paisagem na face, o exterior invade o interior, o eu é poroso (GINZBURG, 2007, p. 277).

PRIMEIRO PLANO:

PREPARANDO A OBJETIVA

A primeira palavra foi pronunciada por Adão, sustenta o discurso bíblico, mas seria o mundo adaniano o mesmo mundo de hoje? Como a palavra ganha vida aos olhos e a boca do sujeito contemporâneo? Esta deveria ser a pergunta inicial do pesquisador que em nossos dias se debruça sobre as questões que envolvem o homem, a linguagem e a sociedade. Nesta perspectiva, do que adianta um estudo que pretende redizer tudo aquilo que por tempos foi repetido sem nenhuma finalidade de aprimoramento? Compete-nos, assim, desenhar uma ciência multicolor onde o redizer se põe como possibilidade de ampliação do já existente, onde “as novidades, ou melhor, as rupturas abrem caminho através da reafirmação da continuidade com o passado” (GINZBURG, 2007, p. 259).

Dessa forma, cabe-nos perguntar: como deve ser delineado o perfil de um pesquisador quando o foco de estudo é a linguagem, a sociedade e a cultura que ele representa? Uma questão como essa nos faz pensar acerca do ideal de pesquisa em via contemporânea. Qual deveria ser a postura do sujeito-pesquisador em um universo, ao mesmo tempo, uno e diverso? Talvez fosse o caso de buscar traçar o fio que aproxima os fenômenos da existência humana numa sociedade, a partir do aglomerado de rastros que compõem a diversidade cultural, que nos aproxima do mesmo e nos recorta como diferentes. Está no olhar do estrangeiro a fórmula para a pesquisa sócio-cultural, sendo este o nosso corte epistemológico, uma tentativa de demonstração da necessidade que temos de dar-nos as mãos em prol da pesquisa multidisciplinar e realizada por pesquisadores que também sejam sujeitos, agentes.

Por meio disto, esperamos contribuir com as pesquisas interessadas pelos fenômenos que são percebidos no âmbito das ciências sociais e humanas e que podem ser mais férteis se desenvolvidas por sujeitos-pesquisadores abertos para influências variadas, que escapam o estudo, exclusivamente, objetivista.

ENTRE *FLASHES* DA MEMÓRIA E REGISTROS DE IMAGENS:

## UM PANORAMA DOS FRAGMENTOS

Atualmente, em muitos países, os estudiosos estão preferindo não serem rotulados como cientistas. Segundo o pensamento bachelardiano, esta não seria a posição mais coerente. O ideal seria repensar o que concebemos por ciência e aí, possivelmente, sentir-nos confortáveis e até orgulhosos em assumirmos um posto que no passado recebeu tanto crédito. O que está acontecendo é que os estudos desenvolvidos pelo aval da ciência não estão atendendo aos preceitos de um mundo interligado e multifacetado. Dessa forma, pensamos que o momento é o da reflexão e o da crítica progressiva e tolerante. Sendo a ciência, para muitos, metódica, objetiva e arrogante, cabe nos esforçar no intuito de mudar esse quadro. É o que buscamos fazer a partir da adoção de alguns pensamentos realizados por teóricos e estudiosos que julgamos ser coniventes com o nosso ideal de ciência contemporânea.

Para início de conversa, justificamos que tomaremos como textos base, para a sustentação dos nossos argumentos, dois artigos que se encontram publicados na obra *Os fios e os rastros* de Carlo Ginzburg (2007). A partir de uma reflexão acerca dos dados postos nesses textos, iremos, aos poucos, posicionando-nos epistemologicamente.

No artigo intitulado *Detalhes, primeiros planos, microanálises – À margem de um livro de Siegfried Kracauer*, há uma reflexão acerca do continuum promovido pela fotografia, continuum espacial; além do historicismo, preenchimento do continuum temporal. Discorrendo acerca destes elementos, o artigo visita Kracauer ao demonstrar que este “contrapunha ao historicismo e à fotografia a memória e suas imagens (p. 234)”. Pertence a Kracauer a prerrogativa de definir a memória e as imagens como fragmentárias. Para ele, a memória não seria a imagem espacial total e nem todo o decurso temporal de um acontecimento. Neste instante de definição é possível perceber o vazio que separa o historicismo da fotografia e a memória de suas imagens. Segundo Ginzburg (2007), para Kracauer, “a objetiva que devora o mundo é o sinal do *medo da morte*. Acumulando fotografias sobre fotografias, pretender-se-ia banir a recordação daquela morte que, no entanto, está presente em toda imagem da memória” (p. 235).

Nesta perspectiva, vê-se a emancipação da fotografia. Ela deixa de ser um simples registro dos acontecimentos, como sugere o próprio Kracauer. Não cabe mais a fotografia ser acumulação dos detritos da realidade. Esta seria a função do filme. Como sustenta Ginzburg (2007), sendo o sonho transformado em obra, Kafka propôs para o filme ser a possibilidade de combinação imprevisível dos fragmentos da realidade que traz luz a uma ordem superior. Mas Kracauer ainda não enxergava isto. Ele via na relação entre historicismo e fotografia a urgência de uma história que não existia. Era urgente a necessidade de se escrever uma nova história, uma história que ele foi capaz de perceber como não existente.

O Kracauer mais maduro de *Theory of film* e de *History: The Last Things before the Last*, relata Ginzburg (2007), analisou as características do filme e da historiografia, destacando a página de *O caminho de Guermantes* para fazer suas analogias. Neste espaço, o narrador, volta-se para casa, como em uma viagem, vê a avó, mas não é visto e não a reconhece. Verifiquemos o fragmento desta memória:

De mim [...] havia somente a testemunha, o observador de chapéu e sobretudo de viagem, o estranho que não é de casa, o fotógrafo

que vem tirar um instantâneo de lugares que não mais se verão. O que, mecanicamente, se produziu nesse momento em meus olhos, quando avistei minha avó, foi precisamente uma fotografia. [...] Pela primeira vez e só por um instante, porque ela logo desapareceu, avistei no sofá, sob o abajur, vermelha, pesada e vulgar, doente, perdida nas suas fantasias, passeando por cima de um livro olhos loucos, uma velha acabada que eu não conhecia (KRACAUER citado por Ginzburg, 2007, p. 235)

O destaque que Ginzburg (2007) faz dessa passagem promove a percepção de que é através do olhar do estranho, o olhar mecânico que Proust compara com a objetiva impassível da máquina fotográfica, que o narrador é capaz de perceber, “sem querer, o que até então o amor o impediu de ver: que a avó vai morrer (p. 236)”. Vemos, assim, que a fotografia, que para o Kracauer era “*o sinal do medo da morte*”, torna-se, via Proust, “o instrumento que permite superar esse medo, olhar a morte na cara (p. 236)”. O valor que preexiste nesta relação entre o narrador que registra de forma mecânica a decadência física da avó, que não a reconhece, com a máquina fotográfica, é próprio do conceito de “inconsciente ótico” proposto por Walter Benjamin (1992) em *Breve história da fotografia*. No seu ensaio, o autor constata a existência de um “inconsciente óptico” que é revelado pela fotografia no momento da captação da realidade e no congelamento do tempo que o obturador coisifica.

Para entender o porquê desta relação é preciso verificar que em Proust o fotógrafo é o último de um conjunto de figuras que correspondem à narrativa (a testemunha / o observador, de chapéu e sobretudo de viagem / o estranho que não é de casa / o fotógrafo que vem tirar um instantâneo de lugares que não mais se verão). Ginzburg (2007) explica que, como exilado, Kracauer se identificou com este estranho, o estrangeiro, e deu sentido a esta passagem.

Kracauer frisava que o estrangeiro, aquele que está à margem, aquele que ‘não é de casa’, é capaz de compreender mais e mais profundamente. O instante do não-reconhecimento abre para o olhar de estranhamento do espectador o caminho da iluminação cognoscitiva. Não é por acaso, observa Kracauer, que os grandes historiadores, de Tucídides a Namier, eram exilados: ‘É somente nesse estado de auto-anulação, ou nesse ser sem pátria, que o historiador pode entrar em comunhão com o material que concerne à sua pesquisa. [...] Estrangeiro em relação ao mundo evocado pelas fontes, ele deve enfrentar a missão - missão típica do exilado - de penetrar as suas aparências exteriores, de modo a poder aprender a compreender esse mundo de dentro’ (p. 238).

Partidário dessa idéia, Bhabha (2001) amplia que o estrangeiro é aquele que, estando na margem, na fronteira, possui o poder de perceber com maior clareza os detalhes e o todo daquilo que outros não permitem enxergar. O autor nomeia como “entre-lugar” o espaço fronteiro habitado pelo estrangeiro. Para ele, “uma fronteira não é o ponto onde algo termina, [...] a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente” (p. 19). O “entre-lugar” fornece “o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade e

postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade” (p. 20).

Isto é o que pretende demonstrar Lévi-Strauss (1989, p. 25) ao relatar que, para os povos indígenas, pela atenção dedicada ao detalhe que influencia no simbólico, “cada coisa sagrada deve estar em seu lugar”. Como observou o antropólogo, o pensamento proveniente do imaginário e da experiência indígena nos dá uma amostra da atenção necessária aos elementos mínimos que reunidos favorecem para obtenção de resultados aproximados a cada contexto de atuação. Ações que devem compor o universo da pesquisa. Segundo o autor:

Os requintes do ritual, que podem parecer dispensáveis quando examinados de fora e superficialmente, explicam-se pelo cuidado com aquilo que se poderia chamar de "microperequação": não deixar escapar nenhum ser, objeto ou aspecto, a fim de lhe assegurar um lugar no interior de uma classe. Nesse sentido, a cerimônia do Hako, dos índios pawnee, só é particularmente reveladora porque foi bem analisada. A invocação que acompanha a travessia de um curso d'água divide-se em várias partes que correspondem respectivamente ao momento em que os viajantes colocam os pés na água, em que os deslocam, em que a água recobre seus pés inteiramente; a invocação ao vento separa os momentos em que o frescor é percebido somente nas partes molhadas do corpo, depois aqui e ali e, enfim, sobre toda a epiderme: ‘apenas então podemos prosseguir em segurança’. Como assinala o informante, ‘devemos dirigir um encantamento especial a cada coisa que encontramos, pois Tirawa, o espírito supremo, reside em todas as coisas, e tudo aquilo que encontramos no caminho pode nos socorrer... Fomos ensinados a prestar atenção a tudo o que vemos’ (p. 25).

Onde queremos chegar com tudo isso? No reconhecimento da identificação do sujeito-pesquisador com o historiador ou o antropólogo perspicaz, mas, acima de tudo, com o exilado, o estrangeiro, o ponto de chegada de toda a reflexão promovida até aqui sobre a fotografia e o historicismo, que desaguou naquilo que Ginzburg (2007) chamou de atitude de "passividade ativa" e que Kracauer recomenda aos historiadores e aos pesquisadores de modo geral.

Pretendemos, assim, tornar compreensível uma possível comparação entre a fotografia enquanto resultado de pesquisa e o olhar do fotógrafo como uma fórmula para o bom desempenho do sujeito-pesquisador.

Sujeitos estranhos ao ambiente são desolados ao fotografar, permitem representar em suas fotografias suas melancolias. Eles trazem à tona, ao exterior, seus sentimentos mais profundos. O resultado de seus trabalhos não poderiam ser outros: fotografias da subjetividade. Por outro lado, o espaço e/ou tempo estranhos ao sujeito promovem a fertilização de sensações outras as quais ele nunca havia experimentado antes e isto causa a estranheza de sua identidade. Estrangeiro no espaço e/ou no tempo, ele é influenciado por objetos que ainda não possuem sentido, ou possuem, pois causam o afastamento do aqui e o agora e promove o retorno a identidade. Este deslocamento no

espaço e/ou no tempo favorece o auto-estranhamento do sujeito-pesquisador. “É provável que o indivíduo deprimido se perca nas configurações casuais do ambiente absorvendo-as com uma intensidade desinteressada que não é mais determinada pelas suas predileções anteriores” (KRACAUER citado por Ginzburg, 2007, p. 238).

Com a adoção dos objetos que configuram este momento, o sujeito-pesquisador como ser altamente adaptável, molda-se ao instante de sobrevivência e recria o seu espaço e/ou tempo nos moldes dessa nova configuração de seu trajeto. É possível ver aí o sujeito-pesquisador dando luz ao ambiente antes mórbido, estático e vazio que lhe deslocava enquanto sujeito, vazando o terreno com seu arado para deixar os fios de memória correr para o campo de sua luta e iluminar esta nova história que ele acaba de iniciar ao escrever sobre velhos borrões amarelados e surdos sua nova identidade, fragmentada, porém, nova, renovada, recriada, que carrega um passado inscrito no presente, de um futuro que começa a cada instante e percebido a partir da objetiva sensível do fotógrafo/pesquisador. Ele é o estrangeiro, o sujeito pretendido por Proust, o nosso ideal de sujeito-pesquisador.

Para ampliarmos um pouco mais essa nossa reflexão, iremos nos debruçar em outro artigo de Ginzburg (2007), intitulado *Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito*. Nele, o termo “micro-história” é repensado mediante a aproximação de óticas variadas que conferem referências a escalas tanto reduzidas, pela observação que o prefixo “micro” sugere, quanto valorizadas, como veremos mais adiante. Logo de início, o autor propõe uma reconfiguração desse termo e pensamos que é, justamente, pela adoção de um sentido tolerante e relevante para o termo micro-história que promoveremos o alcance de resultados apropriados para o contexto atual de nossas pesquisas.

Nossa primeira observação concerne em destacar que o estudioso americano George Stewart propõe para os seus estudos o termo micro-história como a adoção do “detalhe microscópico”. Ginzburg (2007) explica que Stewart sustenta a idéia de que, “para interpretar um texto literário, é necessário antes de tudo, decifrar as referências ambientais - lugares, vegetação, condições meteorológicas - que ele contém” (p. 250). Este pensamento inspirou o livro *O ataque de Pickett*, em que Stewart faz uma micro-história do ataque final em Gettysburg, ocorrida em 3 de julho de 1863. Uma análise minuciosa de trezentas páginas, relatando a batalha que decidiu a guerra civil americana.

O relato se desenlaça num espaço exíguo, num lapso de quinze horas. Os mapas e diagramas que acompanham o texto trazem registros como ‘O canhoneiro’. A sorte da batalha de Gettysburg será decidida em alguns segundos, entre um arvoredado e um muro de pedras. Através da dilatação do tempo e da concentração do espaço, Stewart analisa com minúcia quase obsessiva o que define como o ‘momento culminante do acontecimento culminante da guerra, o momento central da nossa história’ [...], parte da história universal. [...] afirma Stewart, a batalha de Gettysburg poderia ter terminado de outra maneira, [...] ‘teria provavelmente impedido a intervenção decisiva nas duas guerras mundiais, que transformou os Estados Unidos numa potência

global'. A micro-história de Stewart desemboca numa reflexão sobre o nariz de Cleópatra (GINZBURG, 2007, p. 251).

Na Cidade do México, em 1968, González y González fez uso do termo micro-história como sinônimo de local, ou melhor, local fixado pela escrita, uma ótica qualitativa e não quantitativa, como era concebida a história na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, a chamada história local. Dessa forma, com o intuito de abolir as objeções suscitadas pela palavra "micro-história", Ginzburg (2007, p. 252) relata que González y González sugere duas alternativas para este termo: "história 'mátria', adequada para designar o mundo 'pequeno, fraco, feminino, sentimental da mãe', como o mundo centrado na família ou na aldeia" e "história yin, o termo taoísta que evoca tudo o que há de 'feminino, conservador, terrestre, doce, obscuro e doloroso'".

No entanto, Braudel tinha outra proposta para o que ele chamava "microhistoire". Como salienta Ginzburg (2007), Braudel propunha para a "microhistoire" um significado negativo, sinônimo de *histoire événementielle*, da "história tradicional". Ele considerava a história tradicional pouco interessante em comparação com a microssociologia e a econometria. O autor ilustra isso a partir de uma passagem de *Les fleurs bleues*, de Raymond Quenau, em que é possível enxergar como os acontecimentos de pessoas "comuns" eram ignorados num contexto microeconômico e microssociológico, isto é, da palavra circundada pelo elemento tecnicista do Estado. Observe o diálogo dos dois interlocutores, o duque de Auge e seu capelão:

- O que você acha da história universal em geral e da história geral em particular.
- Estou muito cansado - disse o capelão.
- Diga uma coisa: esse Concílio de Basiléia é história universal?
- É, sim. História universal em geral.
- E meus canhões?
- História geral em particular.
- E o casamento das minhas filhas?
- Mal é história dos acontecimentos. Micro-história, no máximo.
- O quê? - berra o duque de Auge.
- Que diabo de língua é essa? Hoje é por acaso a sua Pentecostes?
- Queira me desculpar, senhor. É o cansaço, sabe (Citado por Ginzburg, p. 253-254).

A adoção de um valor pejorativo para se referir as histórias comuns não foi gratuita, havia por trás do uso depreciativo deste termo a intenção de anular o poder proveniente de uma cultura popular. Ignorando os relatos de um povo, os rastros de sua movência,

era possível apagar qualquer luz que pudesse trazer à tona o valor e o direito que não era reconhecido entre os cidadãos. Era o chamado “clássico-centrismo”, movimento condenado por Barthes (2004), pois tendia a colocar no centro o discurso do Estado, censurava o discurso do povo. Este movimento objetivava a manutenção do poder nas mãos da classe dominante.

Para Ginzburg (2007), uma das maiores contribuições ao desenvolvimento de uma ideologia da tolerância, no que se refere aos escritos de camadas populares desprestigiadas, veio de Calvino. O autor confere a Calvino o mérito de ter sido o idealizador do plano de escuta de discursos das minorias. Em *A tabela periódica*, Calvino sustenta que:

[...] todo escrito é uma autobiografia, melhor dizendo, toda obra humana: mas de todo modo é sempre história. É, ou pretendia ser, uma micro-história, a história de um ofício e das suas derrotas, vitórias e misérias, como todos desejam contar, quando sente próximo de ver encerrasse o ciclo da sua trajetória e a arte deixa de ser longa (citado por Ginzburg, 2007, p. 255).

Após esta passagem de *A tabela periódica*, a palavra “microstória” ou micro-história entrou para o léxico historiográfico e perdeu a sua conotação pejorativa original. Assim, eliminaram-se os obstáculos postos à pesquisa do relato, da experiência. Dava-se um basta no silêncio que foi posto por anos entre os protagonistas das micro-histórias. “Desse modo, as hipóteses, as dúvidas, as incertezas tornavam-se parte da narração; a busca da verdade tornava-se parte da exposição da verdade obtida (e necessariamente incompleta)” (GINZBURG, 2007, p. 265).

Como expressa Tolstói, um fenômeno histórico só pode se tornar compreensível por meio da atividade de todas as pessoas que dele participaram. Ginzburg (2007, p. 266) elucida que essa afirmação, assim como os sentimentos que a tinham gerado (populismo, raivoso desprezo pela história vazia e convencional dos historiadores), deixa, a partir do instante em que é lida, pela primeira vez, uma marca inapagável. Para o teórico, o pensamento de Tolstói o influenciou na escrita de *O queijo e os vermes*, “a história de um moleiro cuja morte é decidida longe, por um homem (um papa) que um minuto antes nunca tinha ouvido falar dele”. Ele esclarece que seu escrito pode ser considerado “um fruto mínimo e distorcido do projeto grandioso e intrinsecamente irrealizável de Tolstói”. A proposta de Ginzburg em *O queijo e os vermes* é “a reconstrução dos incontáveis relatos que ligavam o resfriado de Napoleão antes da batalha de Borodin, a disposição das tropas, a vida de todos os participantes da batalha, inclusive o mais humilde soldado”.

Em *O queijo e os vermes*, Ginzburg (2006) nos permitiu enxergar quão parecido conosco é Menocchio (protagonista de sua obra). Esta revelação veio pelo exame amíu de dos documentos que relatam as condições de suas leituras e as discussões que se sucederam com elas, além da análise dos pensamentos e sentimentos (temores, esperanças, ironias, raivas, desprezos) experimentados pelas angústias vivenciadas por Domenico Scandella (o Menocchio). Tão próximo estamos dele que sua historia apresenta-se como sendo a nossa história. Ele sofreu como sofremos pelas coerções de cada momento. Todavia, ele também é bem diferente de muitos de nós. Como a parte de

nós que não cala, que clama por explicações quase sempre não dadas, ele pagou um preço alto por caminhar contra um caminho criado para ser mão-única.

Mediante esta obra, foi possível perceber que possuímos meios para seguirmos em frente no desenvolvimento de possibilidades de leituras só atingidas pela análise detalhada e geral dos fenômenos culturais arrolados no campo das ciências sociais e humanas.

Está aqui uma amostra de como deve ser concebido os fatos que levam a análise e a crítica em toda e qualquer pesquisa de cunho social. A esta altura já temos um inventário do nosso plano de estudo: olhar aproximado e, ao mesmo tempo, distanciado para o agente de nossa pesquisa. Com a micro-história, nos aproximamos dos detalhes mínimos e só visíveis com a lupa da tolerância. Com a macro-história, distanciamos-nos dos dados, dos agentes, distanciamos necessário e que possibilita enxergar o todo, dando-nos um panorama do que está sendo estudado. Para isto, é necessário subir no topo da montanha mais alta ou fazer uso da tecnologia e pilotar uma aeronave que dê “[...] um ponto de vista altíssimo e distante, comparável ao de uma águia voando” (GINZBURG, 2007, p. 267). Para o autor, devemos “estender essa conclusão a qualquer acontecimento, com maior razão a qualquer processo histórico: o olhar aproximado nos permite captar algo que escapa da visão de conjunto, e vice-versa” (p. 267).

Ginzburg (2007) assinala, então, que o importante é o significado que o termo micro-história adquire a partir das reflexões de Kracauer. Micro-história é para ele, inicialmente, sinônimo de "pesquisa monográfica", mas, logo depois, segue a comparação com o primeiro plano cinematográfico (*close-up*) que amplia o seu sentido. Kracauer observa o fato de que, em algumas pesquisas, o caráter específico pode ser modificado mediante as visões do conjunto que são desenhadas pela macro-história. “Devemos então concluir que ‘Deus está nos detalhes’? É a tese sustentada por ‘dois grandes historiadores’ como o Tolstói de *Guerra e paz* e sir Lewis Namier” (p. 269). Kracauer aponta como melhor solução, aquela seguida por Marc Bloch em *La société féodale*: “um contínuo vaivém entre micro e macro-história, entre *close-ups* e planos gerais ou grandes planos gerais [*extreme long shots*]” (p. 269).

Até aqui, podemos adiantar que ao sujeito-pesquisador nada fica claro quando na qualidade de historiador que busca seus resultados em documentos que julga como relatos da realidade. Este racionalismo obscurecedor tão criticado por Bachelard (1990 e 1996), bem como o objetivismo seco e quadrado que artificializa toda pesquisa, segundo Bourdieu (1994), são construções positivistas que fraturam os braços do sujeito-pesquisador diante da luta em seu campo de interesse. Eles falsificam os dados, os agentes, o espaço e o tempo em questão. Desenham um resultado pretendido, arranjado pela conjuntura que ao longo da história foi forjando documentos que relevam e sustentam a sua posição de centro, de dominação.

Influenciado pelas críticas realizadas por Serra, Ginzburg (2007) ampliou o seu pensamento. Para ele, a relação direta com a realidade só é alcançada no terreno da ficção, ao historiador que só dispõe de documentos, a ele é vedado. Como assevera Serra:

Tem gente que imagina de boa-fé que um documento pode ser uma expressão da realidade, como se um documento pudesse



expressar algo diferente de si mesmo [...]. Um documento é um fato. A batalha, outro fato (uma infinidade de outros fatos). Os dois não podem fazer um. O homem que age é um fato. E o homem que conta é outro fato. Todo depoimento dá testemunho apenas de si mesmo, do seu momento, da sua origem, do seu fim, e de nada mais [...]. Todas as críticas que fazemos à história implicam o conceito da história verdadeira, da realidade absoluta. É preciso enfrentar a questão da memória; não na medida em que é esquecimento, mas na medida em que é memória. Existência das coisas em si (citado por Ginzburg, 2007, p. 272-273).

A essência contida em Serra permite verificar que cada ótica específica de cada fonte narrativa contribui para apresentar o mesmo personagem da história sob prismas cada vez mais diferentes, pois os documentos registram “o ritmo de um pensamento que gira em torno da alta contradição não resolvida entre a certeza da existência da ‘coisa em si’ e a desconfiança na possibilidade de alcançá-la por meio dos depoimentos” (p. 272). Nesta perspectiva, torna-se necessário comentar que, para Calvino, tudo parece claro quando ainda está na mente. Para ele, o documento é uma falsificação da verdade que nunca está ao alcance de nossas mãos. Leiamos a passagem que é a explicitação de sua angústia:

Não é verdade que já não me lembro de nada, as lembranças ainda estão lá, escondidas no novelo cinzento do cérebro [...]. E meu medo de agora é que, assim que uma lembrança se perfilar, ela vá logo tomando um matiz errado, maneirista, sentimental, como sempre acontece com a guerra e a juventude, e se torne um pedaço de relato com o estilo de então, que não pode nos dizer como as coisas eram de fato, mas somente como acreditávamos vê-las e dizê-las [...]. Tudo o que escrevi até aqui me serve para compreender que daquela manhã já não recordo quase nada (CALVINO citado por Ginzburg, 2007, p. 273-274).

A memória existe pelo esquecimento, seu registro não é uma verdade absoluta, como sugere Calvino, mas ele não deve ser negado, deve ser tomado para análise com ponderação e sensatez. Ele é uma parte da memória, a única que dispomos para a análise.

Compreendemos que o valor da pesquisa científica está, justamente, em tomar os documentos fragmentados pelo tempo e pelo espaço e organizá-los no presente pela força criadora e permanente da atualização. A verdade não está no registro estático de um documento dobrado, redobrado, guardado e escondido ou plastificado, emoldurado, já amarelado e com mofo. A verdade está na permanência do arquétipo, da estrutura que, como bem explica Jung (1977 e 2000), mantém os esquemas de imagens que compõem a memória sempre viva. Os biólogos e os físicos modernos já aceitaram essa idéia, mediante as descobertas do código genético e do valor quântico.

Capra (1982) é um nome de referência diante deste novo momento da pesquisa científica. Ele aposta na mutação do homem no homem, isto é, sua visão holística do mundo, baseada na ideologia da ciência oriental, sugere que não somos seres distintos nem tão pouco unos, somos seres complexos resultantes da constante movência que é a

existência. Na citação de abertura de *O ponto de mutação*, o autor visita I Ching para demonstrar que:

Ao termino de um período de decadência sobrevém o ponto de mutação. A luz poderosa que fora banida ressurgue. Há movimento, mas este não é gerado pela força [...]. O movimento é natural, surge espontaneamente. Por esta razão, a transformação do antigo torna-se fácil. O velho é descartado, e o novo é introduzido. Ambas as medidas se harmonizam com o tempo, não resultando daí, portanto, nenhum dano (p. 7).

Neste momento, Capra (1982) explica que o mundo atravessa uma crise de percepção e que para sairmos dela teremos de passar por uma mudança de paradigma. Refletir sobre quem somos (o que fizemos, fazemos e faremos) poderia resolver essa crise, porque é urgente encontrar um novo modo de pensar, que poderíamos chamar “movimento ecológico” ou “holístico”. Para o autor, precisamos de uma nova visão da realidade. Visão que nasceu há algumas décadas atrás com movimentos que só agora são perceptíveis e podem ser encarados como respostas diferentes para as diversas culturas. Estes movimentos são, portanto, respostas à crise mundial. Como ela é multidimensional, precisamos das diferentes facetas dos diversos movimentos.

Na referida obra, Capra (1982, p. 14) sustenta, com firme convicção, que “vivemos hoje num mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes”. Assim, “necessitamos de uma perspectiva ecológica que a visão de mundo cartesiana não nos oferece”. Prenhe dessa idéia, o autor logo a desenvolveu e em *A teia da vida* Capra (1996, p. 9), citando Ted Perry, elucida que “todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família [...]”. Dessa forma, “tudo o que acontece com a Terra, acontece com os filhos e filhas da Terra. O homem não tece a teia da vida; ele é apenas um fio. Tudo o que faz à teia, ele faz a si mesmo”.

Nesta perspectiva, citamos o ensaio *History and Theory* de E. R. Ankersmit, analisado por Ginzburg (2007, p. 274-275), em que é apresentada a tendência de concentrar a atenção nos fragmentos como sendo a expressão mais típica da “historiografia pós-moderna”. O ponto de vista de Ankersmit é ilustrado mediante uma metáfora vegetal:

No passado, os historiadores se ocupavam do tronco da árvore ou dos galhos; seus sucessores pós-modernos se ocupam apenas das folhas, ou seja, de fragmentos minúsculos do passado que investigam de maneira isolada, independentemente do contexto mais ou menos amplo (os galhos, o tronco) de que faziam parte.

Trouxemos à tona essa passagem para justificarmos a nossa insatisfação diante do modelo de pesquisa proposto por Ankersmit, próprio do início dos anos 70 e idealizado por Hayden White. O sujeito-pesquisador não pode, realmente, ignorar os fragmentos (as folhas), mas o contexto onde se encontram os fragmentos da pesquisa não deve, jamais, ser relegado. Toda observação é necessária numa pesquisa e deve ser levada em consideração na ciência como um todo. Outro engano do autor foi impor que “A ambição de conhecer o passado está superada” (p. 275). Não colocaríamos dessa forma,

preferimos indagar: “A ambição de conhecer o passado está superada”? E respondemos: Claro que não! Ele comete um engano quando transforma uma questão complexa em afirmação objetiva ou banal. Contudo, nós o perdoamos em parte, pois Ankersmit acerta em um ponto. Para o autor de *History and Theory*, o significado dos fragmentos é buscado no presente, no mundo “em que a sua configuração pode ser adaptada a formas de civilidade existentes no dia de hoje” (p. 275).

Assim, percebemos as pesquisas realizadas no âmbito do que julgamos relevante como micro e macro-histórias de temas variados (incluindo os temas antes ignorados ou relegados, considerados inferiores, como a história local) e de importância reconhecida no presente de nossa atuação. Como frisou Ginzburg (2007), o que unifica todas essas pesquisas é a insistência no contexto, aquilo que foi negado por Ankersmit em favor da contemplação isolada do fragmento. Fragmento, o que também não pode ser recusado, pois “toda configuração social é o resultado da interação de incontáveis estratégias individuais: um emaranhado que [...] a observação próxima possibilita reconstituir” (p. 277) no conjunto.

Para tanto, espera-se do pesquisador uma visão tanto próxima quanto ampliada do seu campo de atuação. Visões que se multiplicam a cada instante, a cada encontro ou desencontro. Momentos que geram respostas variadas consoantes ou não-consoantes com o contexto de ação da pesquisa. Por isso, a diferença que fazemos neste artigo entre um sujeito-pesquisador e um pesquisador, diferença óbvia, este último não é sujeito, não mantém nenhum compromisso com o outro, não é assujeitado a uma ideologia ou uma classe, como propõe Althusser (1985), ou não sofre coerção nenhuma de instituições que forjam, “formam” sujeitos, como percebeu Foucault (1996a, 1996b e 1997). É “livre” das coerções, das influências, das morais, por esta razão, o seu trabalho é dito inovador, imparcial (aliás, deveria ser). Inovação e neutralidade que foge do arquétipo, quebra a corrente, rompe o fio e o deixa isolado, desolado, angustiado. Este pesquisador criado pelo cartesianismo não é gente. Ele se deixou levar por esta corrente e perdeu o elo que o ligava à cadeia da humanidade.

É, justamente, este sofrimento e esta fragilidade que queremos exterminar com o ideal de um sujeito-pesquisador que não tem compromisso algum com a verdade absoluta, verdade fictícia, verdade construída, verdade que não se sustenta mais, porque o momento não é do fato é do fenômeno. A verdade está no presente (é o presente) e ele passa num instante. Assim sendo, não dá mais para viver de verdades instantâneas. Ela é um ponto de vista e os pontos de vistas se alteram a cada momento. A cada contar e recontar se acrescenta, se amplia, modifica... Quem consegue acompanhar?! Criamos verdades para persuadir, impor, vender. Enganamos os outros e nós mesmos com verdades e não com mentiras. Encenamos todo o tempo. Fazemos de conta que lembramos. É difícil lembrar a cor da camisa que vestíamos naquele momento que narramos e que já levou dez anos de nossas vidas. Dizemos azul, vermelho... Não importa, é só um detalhe! E assim vai a verdade, escoando por rios nebulosos, formados pelo esquecimento do detalhe.

Da memória falha ao desprezo do detalhe, perdem-se os pequenos planos fotografados ao longo de toda uma micro-história.

Como a fala e a escrita, a imagem trazida pela memória é uma fotografia da realidade, um registro da realidade, não uma realidade absoluta. Temos na imagem o

registro do que foi vivido. A vida no seu instante de execução é uma verdade, já lembrança, ela é a leitura de um relato, alcançada pela imagem. Ginzburg (2007, p. 274) nos faz pensar acerca da dúvida posta por Calvino: “Pode a memória abolir a mediação constituída pelas ilusões e distorções do nosso eu de outrora, para alcançar as ‘coisas’ (as ‘coisas em si’)?” É preciso ter ciência de que estamos, constantemente, contaminados pela incerteza que esfarela nossas recordações à medida que a memória as traz à luz como quando um *flash* ilumina o espaço que será capturado, fotografado pelo obturador de nossas pupilas. Assim, iluminados por raios coloridos e intensos que permitem a fruição de sensações variadas, confundimos imagens e sons, a imagem torna-se acústica e possibilita enxergar o eco das últimas palavras de Calvino: “O sentido de tudo aparecendo e desaparecendo”.

Mediante clarões, algumas coisas são reveladas, outras não.

FINALIZANDO:

### A SAÍDA É UMA CHEGADA NO COTIDIANO DO FOTÓGRAFO

Com as leituras arroladas para este estudo, pudemos perceber que a receptividade do sujeito-pesquisador deve ser a mesma do fotógrafo. Receptividade tecida na escolha, na construção, porque a fotografia não é um mero espelho da realidade. Concordamos que o fotógrafo poderia ser comparado com um leitor cheio de imaginação, atento ao estudo e a decifração de um texto cujo significado não consegue captar. Enfatizamos que a fotografia e o fotógrafo, bem como a analogia com o estrangeiro e o pesquisador são aproximações que todo sujeito-pesquisador deve ter em mente no plano de pesquisa da ciência contemporânea.

Sabemos que a dúvida do pesquisador do documento continua trazendo a desconfiança do início, da gênese. Ele insiste na precariedade da nossa relação com o passado. Não sabe ele que o passado não é inalcançável, está em nós, no que é subjetivamente mais importante: o eu-aqui-agora. Somos o passado, porque trazemos a lembrança dele *in* memória e ela dá vida ao passado. Então, ao sujeito-pesquisador, eis-nos aqui. Somos o seu agente. Interrogue-nos, temos muita história para contar. Muitos passos foram dados e muitos rastros deixados até nós. Remonte-os, esta é a sua contribuição. Não busque o dado “perdido”, busque os elos e, assim, os fragmentos o levarão ao todo, ao passado que resiste, revive pelo arquétipo que é a verdade resistindo à morte.

Como últimas palavras, gostaríamos de assinalar que o desejo de conhecer o passado ainda não foi superado, nem sequer chegamos a conhecê-lo como deveríamos. Talvez nós o conheçamos no futuro, quando este se tornar presente, isto é, quando examinarmos as fotografias realizadas em momentos variados e em ângulos diversos. Fotografias tiradas pelo sujeito-pesquisador, o estrangeiro em sua cultura. Fotografias reveladas a partir de cartões de memória e com imagens refletidas em telas de reprodução de cristal líquido.

Dessa forma, sim, teremos um passado colorido com imagem em alta definição. Um passado vivo, pulsante, performático, verdadeiro e que começa agora... Neste instante...

*Click.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os Aparelhos Ideológicos de

Estado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BACHELARD, Gaston. **O materialismo racional**. Lisboa: edições 70, 1990.

\_\_\_\_\_. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004

BENJAMIN, Walter. **Breve história da fotografia**. In: Sobre arte, técnica, linguagem e política. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1994.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix. 1982.

\_\_\_\_\_. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: *história das violências nas prisões*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **História da Loucura**: na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 1997.

JUNG, C. G. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

\_\_\_\_\_. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Papyrus, 1989.